

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.637.609 - PR (2016/0295594-8)

RELATORA :**MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE :**ITAU UNIBANCO S.A**
ADVOGADOS :**LUIZ RODRIGUES WAMBIER - PR007295**
EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS - PR024498
SUELEN MARIANA HENK E OUTRO(S) - PR042283
AGRAVADO :**TRANSMaeda TRANSPORTES LTDA**
ADVOGADO :**ARNO VALÉRIO FERRARI - PR033830**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PERANTE O TRIBUNAL DE ORIGEM. OMISSÃO APTA, EM TESE, PARA A MODIFICAÇÃO DA CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIA DE APRECIÇÃO.

1. Ação de prestação de contas, em virtude de contrato de abertura de crédito em conta corrente firmado entre as partes.
2. Caracteriza-se a ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 nas hipóteses em que o Tribunal de origem, mesmo após a oposição de embargos de declaração, omite-se no exame de questão pertinente para a resolução da lide.
3. Recurso especial conhecido e provido.

DECISÃO

Em virtude das razões apresentadas no agravo interno de fls. 2.700-2.710 (e-STJ), reconsidero as decisões de fls. 2.689-2.692 e 2.717-2.718 (e-STJ), e passo a novo exame do recurso especial interposto por ITAU UNIBANCO S.A, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Recurso especial interposto em: 24/06/2016.

Concluso ao Gabinete em: 14/11/2016.

Ação: de prestação de contas, ajuizada por TRANSMaeda TRANSPORTES LTDA, em desfavor do recorrente, em virtude de contrato de abertura de crédito em conta corrente firmado entre as partes.

Sentença: acolheu parcialmente as contas apresentadas pelo recorrente, reconhecendo saldo credor em favor da recorrida, a ser apurado em

liquidação de sentença.

Decisão monocrática: deu parcial provimento à apelação interposta pelo recorrente para *i)* reconhecer a legalidade do lançamento de tarifas na conta corrente da recorrida, inclusive a título de seguro; *ii)* manter as taxas de juros remuneratórios praticadas, durante todo o período analisado; e *iii)* determinar a aplicação do art. 354 do CC/02 no recálculo da operação.

Acórdão: negou provimento ao agravo interposto pelo recorrente, mantendo a decisão unipessoal do relator, nos termos da seguinte ementa:

AGRAVO INTERNO. JULGAMENTO DE APELAÇÃO CÍVEL POR MEIO DE DECISÃO MONOCRÁTICA. VIOLAÇÃO AO ART. 557, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. NÃO DEMONSTRAÇÃO.

1. Para provimento de agravo interno, o agravante deve demonstrar que o recurso não poderia ter sido julgado mediante decisão monocrática, por violação ao art. 557, do Código de Processo Civil de 1973.

2. Agravo interno conhecido e não provido (e-STJ fl. 2.513).

Embargos de declaração: opostos pelo recorrente, foram rejeitados.

Recurso especial: alega a violação dos arts. 128, 267, VI, 282, III e IV, 295, I, 300, 302, 473, 475-C, II, § 3º, 515, § 1º, 535, I e II, 557, 915, § 1º e § 3º, do CPC/73 (arts. 141, 319, III e IV, 330, I, 337, 341, 485, VI, 507, 509, I, 550, § 2º, § 3º e § 6º, 1.013, § 1º, 1.021, 1.022, I e II, do CPC/2015); 406 do CC/02; 13 da Lei 9.065/95; e 39, § 4º, da Lei 9.250/95, bem como dissídio jurisprudencial. Além da negativa de prestação jurisdicional, aponta a ausência de interesse de agir da recorrida, uma vez que apenas promove impugnações genéricas a supostos lançamentos irregulares. Defende a necessidade de prévia liquidação de sentença, em razão da complexidade dos cálculos e da necessidade de participação de profissional técnico especializado para apuração do *quantum* devido. Por fim, assevera que deve ser aplicada a taxa SELIC como fator único de correção monetária e juros moratórios desde a

citação.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/2015.

- Da negativa de prestação jurisdicional

As razões recursais tecidas acerca das supostas omissões do Tribunal de origem, residem na alegação de que o TJ/PR, apesar de instado a se manifestar por meio de embargos declaratórios, quedou-se silente no que concerne ao argumento trazido pela agravante de ausência de inovação recursal no que se refere ao pleito de aplicação da taxa SELIC, tendo em vista que o interesse de agir somente surgiu quando proferida a sentença que expressamente afastou a sua aplicação.

Da análise do processo, constata-se que o Tribunal, ao julgar os embargos de declaração opostos pelo recorrente, foi omissos quanto a este argumento.

Assim, impõe-se a cassação do acórdão que apreciou os declaratórios, a fim de que sejam sanados os vícios suscitados, bem como a remessa dos autos ao TJ/PR, a fim de que este se pronuncie, na esteira do devido processo legal, acerca do ponto anteriormente elencado.

Logo, merece provimento o recurso especial e tem-se como prejudicado o exame das demais discussões aventadas no presente recurso.

Forte em tais razões, CONHEÇO do recurso especial e DOU-LHE PROVIMENTO para: *a)* anular o acórdão que julgou os embargos de declaração opostos pelo recorrente; e *b)* determinar a remessa dos autos ao TJ/PR, a fim de que este se pronuncie, na esteira do devido processo legal, a respeito da ausência de inovação recursal no que se refere ao pleito de aplicação da taxa SELIC, tendo em vista que o interesse de agir somente surgiu quando proferida a sentença que expressamente afastou a sua aplicação.

Previno a parte recorrida que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora

